

+E



TEXTO
MARIA JOÃO
BOURBON

Como 'matar' o criminoso e salvar o homem? Esta foi uma das questões que levou um advogado e jornalista a desenvolver um modelo de prisões sem armas nem guardas no Brasil. E é uma das questões que, direta ou indiretamente, estão presentes no debate e nas experiências de humanização das cadeias que têm surgido em vários pontos do mundo

As grades não fazem a prisão



HI

á uma imagem que Robson nunca mais apagará da memória. Ele, algemado, na parte de trás do carro da polícia com os olhos do filho colocados em si, cobertos de lágrimas. Sentado no banco da frente, ao lado da mãe, o filho de um ano chorava, chamava por si.

A vida de crime encontrou-o quando a mãe mudou de casa. Robson tinha apenas três anos, e a mãe fora viver com o namorado para uma favela em Itaúna, Minas Gerais, onde a droga e o crime eram rotina. Cresceu no meio da criminalidade e, dentro de casa, de discussões e violência (a mãe era alvo de violência doméstica). Aos dez anos, foi viver com a avó na mesma cidade. Mas as cicatrizes já lá estavam.

Fugia sistematicamente de casa da avó para a favela, onde começou a consumir drogas aos 12 ou 13 anos, a vendê-las, a praticar pequenos furtos para manter o vício... “Vendia canábis de manhã para manter à noite o vício do crack. Entrava a noite, entrava o dia e a rotina era essa.” Chegou a estar em clínicas de reabilitação, incentivado pela avó que não desistia de tentar resgatá-lo do mundo do crime, mas continuou a vender. Até que um dia foi preso.

Quando naquela noite, aos 19 anos, pôs os pés na penitenciária de Itaúna, pensou que a sua vida tinha acabado. Que já não havia volta a dar. Fora condenado por tráfico de droga, com uma sentença de seis anos e dez meses.

O sofrimento era enorme. Estava comprimido numa cela de seis metros quadrados, com seis camas de alvenaria e 32 pessoas. Da família só teve notícias ao fim de um mês. “Quando alguém ia preso naquela altura ficava em observação durante 30 dias. Sem visitas, sem nada”, conta o brasileiro de 33 anos. “É uma tortura psicológica muito grande. Ficamos destruídos psicológica, mental e espiritualmente.” Mais tarde, ficava trancado na cela grande parte do tempo. “Às vezes suspendiam as visitas, a comida era muito má... Quando alguém na cela cometia um erro, os agentes penitenciários descarregavam em todos os que lá estavam. Isso tudo vai alimentando o ódio no coração.”

Tal como Robson, Simone Alves Moreira não recorda com saudade os tempos passados no sistema comum. Também a sua cela tinha capacidade para oito mulheres, mas concentrava quase 30. De tal forma que tinham que se revezar para dormir. As rotinas eram inexistentes. “Não vivia, vegetava”, relata a mulher de 39 anos. “Uma pessoa apenas come, dorme e espera a sentença deitada.” Sentia constantemente medo, ansiedade, vontade de fugir para saber da sua família. “No sistema comum somos muito ansiosos, vivemos à base de medicação: para a depressão, para dormir...”

Também ela tinha ido ali parar por causa do tráfico de droga, ao qual se entregou como forma de sustentar as filhas de cinco e seis anos, uma vez que não tinha emprego nem contava com a ajuda do pai delas ou da família dele. “Os traficantes de outras cidades vinham procurar quem quisesse vender. Fui vendendo, vendendo até entrar de cabeça no mundo do crime.” E explica melhor: “uma pessoa entrega-se totalmente ao mundo do crime e da criminalidade, só vive pelo crime. Começa-se a matar, a roubar... tudo. Eu realizava assaltos para conseguir dinheiro.”

Neste processo, foi presa três vezes. À terceira apanhou 25 anos e seis meses, mas conseguiu uma redução de pena superior a nove anos por ter uma filha menor. Foi nessa altura que decidiu mudar. Apercebeu-se que estava a perder a juventude e o crescimento das filhas. “Não vale a pena praticar um crime para ficar privada da liberdade. Não há nada mais precioso do que a nossa liberdade.”

Foi essa sensação de liberdade que tanto ela como Robson encontraram quando foram transferidos de uma prisão convencional para uma da APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). Antes disso manifestaram ao juiz da cidade vontade de mudar. Ficaram em lista de espera até que um dia conseguiram entrar – Robson em Itaúna, Simone primeiro em Governador Valadares e depois em Rio Piracicaba. Aí descobriram um modelo prisional que assenta na humanização da pena, em cadeias com grades mas sem armas nem guardas prisionais e onde os reclusos participam na sua gestão e organização – de tal forma que até as chaves lhes são confiadas.

Simone e Robson estiveram em prisões distintas, mas o que sentiram quando lá chegaram foi semelhante. Os dois relatam a surpresa que tiveram ao serem recebidos por um recluso que tinha as chaves desse estabelecimento e por um inspetor de segurança que lhes disse para tirarem os braços de trás das costas, erguerem a cabeça e olharem-no nos olhos. “Naquele momento percebi que ia passar a ser tratado de uma forma diferente, o que me assustou. O rapaz estende-me a mão, pega nela, faz-me

olhá-lo no rosto, chama-me pelo nome...”, recorda Robson. Simone concorda: “Na APAC somos tratados como pessoas, somos chamados pelo nome, não podemos dizer palavras ou andar à luta. Estudamos e trabalhamos, temos psicólogo, assistente social, acompanhamento direto da família. Muito diferente do sistema comum.”

Hoje são eles que são inspetores de segurança e que dizem frases semelhantes a quem chega. Simone trabalha na APAC após ter passado por empregos na reciclagem, numa padaria e num restaurante, Robson deste que deixou os regimes fechado e aberto ao interior e começou a trabalhar no regime semiaberto ao exterior, que permite que os reclusos trabalhem para empresas locais fora das instalações prisionais.

SEM ARMAS NEM GUARDAS

Fundada em 1972 na cidade de São José dos Campos, por um conjunto de voluntários cristãos sob a liderança do advogado e jornalista Mário Ottoni, a APAC nasceu inicialmente para evangelizar e apoiar os reclusos. Dois anos depois evoluiu para associação sem fins lucrativos, com o objetivo de apoiar a justiça na execução da pena através da recuperação dos reclusos, do apoio às vítimas e da promoção da justiça restaurativa (por oposição à meramente punitiva). Nem sempre foi assim, mas hoje estas cadeias são aceites e financiadas maioritariamente pelo Estado, tendo muitas uma fonte de recursos complementar que advém de oficinas profissionalizantes e parcerias com empresas locais.

O foco está na recuperação e reinserção na sociedade dos reclusos — a designação ali é “recuperandos”. Sob os lemas “matar o criminoso e salvar o homem”, “ninguém é irrecuperável” e “aqui entra o homem, o crime fica lá fora”, a APAC acredita que a mudança de mentalidade e de vida só é possível acreditando, confiando e dando responsabilidades a quem cometeu um crime, com uma boa dose de disciplina na rotina. Para o conseguir, aplica uma metodologia assente em 12 elementos, entre os quais a participação da família e da comunidade local, o trabalho, a ajuda entre recuperandos, a valorização humana, a reintegração social e a espiritualidade (mas aceitam ateus, agnósticos e pessoas de outras religiões).

“A APAC é uma alternativa viável ao sistema prisional comum, pelo facto de ter taxas de reincidência na ordem dos 15% [contra 80% ou 85% no resto do país] e um custo per capita bem mais baixo: às vezes metade, às vezes um terço dos 2400 a 3550 reais do sistema comum”, contextualiza Eduardo Oliveira, diretor do Centro Internacional de Estudos do Método APAC (CIEMA), que é uma extensão da instituição que gere e coordena as APACs no Brasil e no mundo. Apesar disso, “não é a solução para todo o sistema prisional”. “Há pessoas que querem cumprir a sua pena numa APAC, outras não: é uma escolha”, explica. E a expansão do modelo está dependente da vontade da comunidade – população, empresas, poder público – em participar e abraçar a causa.

Fugas “não são muito comuns, mas acontecem ocasionalmente”, reconhece. Geralmente com recuperandos com menos de seis meses de casa ou que ainda não abandonaram o mundo do crime e das drogas. Ainda assim, 90% ocorrem não pela baixa segurança mas em momentos em que o recuperando usufrui de uma saída temporária ou do direito a trabalhar ou a estudar no exterior, não



ALTERNATIVA A prisão de Bastoy, na Noruega, é uma cadeia de segurança mínima. Não tem grades, ainda que esteja cercada pelo mar, e os guardas que lá trabalham não estão armados. Os cerca de 300 prisioneiros vivem em pequenas casas de madeira e cada um tem as suas chaves. Estudam ou trabalham no supermercado da ilha, na pecuária ou na agricultura — a ideia é que, quando regressarem à sociedade, possam aplicar tudo aquilo que aprenderam. E têm direito a atividades de lazer: podem ir ao ginásio, à biblioteca, pescar, montar a cavalo, jogar ténis ou futebol, ou até fazer esqui no inverno. A prisão assemelha-se a uma comunidade, com uma escola, uma igreja e um mercado



Com a terceira maior população prisional do mundo, o Brasil é uma realidade muito diferente da que se vive em Portugal e noutros países da Europa



MARIO TAMAI - GETTY IMAGES

OCUPAÇÃO A penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, em Manaus, foi inaugurada em 1904 e encerrada em 2017. Com capacidade para 250 reclusos, chegou a ter uma população prisional de mais de 700. A sobrelotação das cadeias é um problema no Brasil, um dos países com maior número de detidos a nível mundial

regressando no dia e no horário previsto. “Na maioria dos casos, arrepende-se e apresenta-se algumas horas ou poucos dias depois, respondendo em juízo pelas infrações.”

O que faz com que, com tantas oportunidades de fuga, a maioria dos reclusos não o queira fazer? Simone e Robson respondem que, embora no início lhes tenha passado pela cabeça fugir, não o fizeram. “Somos tão bem recebidos e acolhidos, a nossa família é acolhida, não somos humilhados como nas prisões comuns... a APAC trabalha na base da confiança, devolve-te a confiança. Não queremos quebrá-la.” Simone concorda: “ali dão-nos uma oportunidade, temos a oportunidade de ser alguém. Fugir não compensa”.

“Do amor ninguém foge”. O slogan, que a cineasta Simonetta d’Italia Wiener viu em todas as APACs que visitou, resume as possíveis respostas a esta pergunta. “É uma frase do prisioneiro José de Jesus, que tinha uma sentença de 57 anos e que já escapara da prisão 12 vezes”, conta a realizadora e produtora do documentário “Unguarded”, sobre esta alternativa ao sistema prisional. “Foi ele que, quando lhe perguntaram porque nunca tinha fugido da APAC, respondeu isto.”

MIMETIZAR A VIDA EM SOCIEDADE

Com a terceira maior população prisional do mundo, o Brasil é uma realidade muito diferente da que se vive em Portugal e noutros países da Europa. Ainda assim, a APAC é um modelo que pode ser exportado. Além de existirem 62 destas prisões no Brasil (e de 90 outras estarem a serem implementadas), este

modelo está presente, de forma integral ou parcial, em mais de 20 países, entre eles a Argentina, a Alemanha, a Coreia do Sul e a Itália.

A verdade é que já há vários casos no continente europeu que mostram que é possível cumprir a pena com dignidade. A prisão de Bastoy, localizada na ilha com o mesmo nome, é disso um exemplo. Com uma taxa de reincidência de 16% (ainda mais baixa do que a média norueguesa de 20%), é uma prisão de segurança mínima. Não tem grades, ainda que esteja cercada pelo mar, e os guardas que lá trabalham não estão armados. Os cerca de 300 prisioneiros vivem em pequenas casas de madeira e cada um tem as suas chaves. Estudam ou trabalham no supermercado da ilha, na pecuária ou na agricultura – a ideia é que, quando regressarem à sociedade, possam aplicar tudo aquilo que aprenderam. E têm direito a atividades de lazer: podem ir ao ginásio, pescar, montar a cavalo, jogar ténis ou futebol ou até fazer esqui no inverno. A prisão assemelha-se a uma comunidade, com uma escola, uma igreja e um mercado.

Mas há quem defenda modelos de menor escala e não isolados da sociedade. É o caso do movimento Rescaled – constituído por associações em Portugal, na Bélgica, na Holanda, na Noruega e em França –, que considera que a alternativa ao sistema prisional atual passa por substituir as prisões por “espaços de pequena dimensão, inseridos na comunidade e que permitam um tratamento individualizado” de cada pessoa, explica a coordenadora de políticas públicas da associação portuguesa Reshape, que integra o movimento. Nestas casas de detenção os reclusos

devem ainda assumir responsabilidades nas tarefas do dia a dia, negociando as tensões que surgem com aqueles com quem vivem.

“A ideia é que o tempo na prisão se aproxime tanto quanto possível à vida em sociedade”, especifica Inês Viterbo, referindo-se a uma das regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de reclusos, também conhecidas como regras de Nelson Mandela. “Acharmos que vamos conseguir reinserir estas pessoas na sociedade através do isolamento total não é o meio certo para atingir o fim. Mesmo que olhássemos para esta questão numa ótica egoísta, chegaríamos à conclusão que estas pessoas vão voltar a viver nas nossas comunidades. Por isso, é do nosso interesse que saiam melhores do que entraram. E é do nosso interesse que o nosso dinheiro seja investido num sistema que cumpra a sua função. É dinheiro dos contribuintes que está a ser posto no sistema prisional. E o atual sistema prisional é, muitas vezes, uma escola de criminalidade.”

Na Europa, o que existe hoje são casas de transição para a liberdade (para os últimos 18 meses ou dois anos de pena), mas o seu modo de funcionamento é semelhante. Noruega, Bélgica, Holanda, França e Itália são alguns dos países que as têm. Em alguns casos são diretamente geridas pela administração prisional, noutros através de protocolos com associações do terceiro sector, com taxas de reincidência menores e custos per capita que muitas vezes são duas ou três vezes inferiores aos das prisões convencionais. Na Holanda existem 15 casas destinadas aos últimos dois anos do cumprimento da pena e a associação que as gere, a Exodus, atua há mais de três décadas, em

parceria com o Ministério da Justiça, a administração penitenciária e as autarquias. Inicialmente tinha apenas casas de saída (para pessoas que já cumpriram a pena ou estão em liberdade condicional, para lhes dar apoio no seu regresso à sociedade), mas expandiu a sua atuação. As suas casas de transição estão localizadas em zonas urbanas, de modo a facilitar o acesso a alguns serviços e oportunidades de emprego. Em cada casa, as 15 pessoas que aí vivem são acompanhadas, de forma personalizada, por uma equipa de 10 a 12 funcionários, na qual se inclui psicólogos, assistentes sociais e criminólogos. Não existem guardas prisionais. A partir da elaboração de um plano individual, os residentes adotam rotinas dentro e fora de casa, realizando tarefas domésticas, contactando com a família, procurando emprego, trabalhando ou fazendo voluntariado, podendo recorrer a terapias e a momentos de lazer. Em função deste plano, podem ser autorizados a sair de casa para trabalhar ou visitar a família. A taxa de reincidência é 4,6% inferior à taxa comum na Holanda, segundo um estudo de 2017 da Universidade de Leiden.

Em Portugal existem apenas casas de saída, geridas por associações como a Confiar e O Companheiro e pela Santa Casa da Misericórdia, destinadas a todos aqueles que – tendo cumprido a pena de prisão ou estando em liberdade condicional – não têm para onde ir. O objetivo é ajudá-los na reinserção social.

HUMANIZAR A PENA PARA REINSERIR

O próprio debate sobre a humanização das prisões, que se acendeu em vários pontos do mundo, parece já ter arrancado em Portugal. O que está em causa nos vários países é uma reforma do sistema prisional, num contexto em que este cumpre muitas vezes a sua função punitiva, mas nem tanto o propósito ressocializador e de reinserção social – o que leva a que continuem a existir taxas de reincidência elevadas. Embora não existam estatísticas oficiais, estima-se que no mundo a reincidência se situe entre os 70% e os 75%.

Em 2019 foi apresentado em Portugal um programa base para aquilo que deveriam ser as prisões do futuro, na sequência de um protocolo estabelecido entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça. A proposta passava pela construção de novas prisões, começando pelas de Ponta Delgada e do Montijo. Estas duas deveriam estar prontas até 2023, mas seriam empurradas pelo Governo para o final da década: a primeira ainda não teve aprovação na câmara; a segunda está avançar, com o processo de seleção do ateliê de arquitetura a terminar.

Sem grades nem celas, estas desenvolvem-se em torno de pátios habitacionais (que podem ser espaços de jogos, ter um jardim, uma horta), com o intuito de criar pequenas comunidades. Ao contrário do que acontece hoje, as deslocações são livres e desafogadas dentro do complexo (para estudar, ir ao médico, entre outras coisas) – ainda que o projeto tenha, no final, ficado com “uma dimensão securitária mais intensa do que o desejável”, fruto das divergências entre as várias entidades envolvidas no processo, detalha um dos arquitetos envolvidos na sua elaboração, Jorge Mealha. “O que se propõe é uma mudança de paradigma: as prisões enquanto equipamentos de reabilitação e tratamento, com adequação ambiental, funcionalidade, economia e segurança”, explica, acrescentando que tudo isto

está coordenado com os sistemas de saúde, de educação e de ação social.

O Norte da Europa serviu de inspiração. Na Dinamarca, por exemplo, de uma parceria entre arquitetos, faculdades e serviços prisionais resultou um projeto para reinventar o espaço que antes albergava a antiga prisão de Vridsløselille, a 15 quilómetros do centro de Copenhaga. Tentando preservar ao máximo a geometria das instalações anteriores, os arquitetos derrubaram os muros para criar um novo bairro ecológico no município de Albertslund, com espaços verdes e o objetivo de atrair novos residentes e atividade comercial.

“Quase todos os países estão a debater o novo paradigma prisional”, garante Jorge Mealha. “Até nos Estados Unidos, que têm um sistema horrível, massificado e com condições draconianas, o debate está muito intenso”, com o arquiteto norte-americano e canadiano Frank Gehry envolvido num grupo de trabalho para idealizar o que podem ser estas prisões do futuro.

A arquitetura pode ser assim um ponto de partida para uma reforma maior no sistema prisional – ainda que a Direção-Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) considere que, embora a humanização do sistema prisional possa ser influenciada pelo espaço, não depende deste. Também Carlos Rato, diretor-geral da APAR (Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso), realça que as condições de habitabilidade das prisões, embora necessárias, não constituem o aspeto fundamental da reforma do sistema prisional. “Evidentemente, é indigno ter pessoas no estabelecimento prisional (EP) de Lisboa com ratos, o esgoto e fios elétricos a sair, sem luz... isto é medieval, não devia existir!”, atira, considerando o programa base muito positivo.

Carlos Rato descreve um cenário de isolamento da comunidade e de ligação ténue à família nas prisões portuguesas, com falta de condições e sobrelotação em várias, escassez de psiquiatras, técnicos de reinserção social assoberbados e uma taxa de reincidência a rondar os 70%. Embora reconheça que há situações muito díspares, relata casos, como no EP de Lisboa ou de Setúbal, com “condições da Idade Média”, onde “vivem oito pessoas num espaço minúsculo”. Dá ainda o exemplo de “cadeias com beliches de três lugares onde só há espaço para uma pessoa entre o beliche e a parede, com a sanita à frente das camas”, o que faz com que “quando um está a urinar ou a defecar” os outros estejam “a olhar

A arquitetura pode ser um ponto de partida para uma maior humanização do sistema prisional

para ele”. E garante que a rotina é inexistente, desde que em 2008 a atividade que existia nas cadeias foi extinta. “Até então os reclusos trabalhavam nos campos, formavam-se carpinteiros, encadernadores de livros... Hoje passam os dias a vaguear pelos pátios e pelos corredores, sem saberem o que fazer.”

Não é isto que mostram os números da DGRSP. De acordo com o Relatório de Atividade de 2020, 48,6% dos reclusos tinha uma ocupação laboral, dentro ou fora das instalações do EP. Aquele organismo diz ainda ao Expresso que, embora em agosto de 2018 a taxa de ocupação fosse de 100,1%, a 31 de dezembro de 2020 esta era, “no seu conjunto, 86,9%”, com 11228 reclusos para 12923 lugares, fruto da descida da população prisional (e antes da publicação da lei que previa um regime excecional de perdão de algumas penas como forma de combate à pandemia). Mas o diretor-geral da APAR contesta os números, sublinhando que a DGRSP considera trabalho “varrer um vão de escada durante dez minutos ou trabalhar nos serviços de apoio à prisão 1h por dia”, e que todos os reclusos de substituição (que estão à espera de uma vaga para trabalhar) são considerados ativos. “O trabalho efetivo deve representar um sexto da população reclusa.” Em relação à taxa de ocupação explica que “a maioria das prisões aparece como não estando sobrelotada”, uma vez que se decidiu que em alguns pisos as celas deixavam de ser individuais e passavam a ter duas pessoas – algo que “é ilegal, uma vez que a lei diz que qualquer recluso tem direito a uma cela individual e apenas provisória e excepcionalmente pode estar com outros”.

“O nosso sistema prisional é obsoleto”, continua. “Existe com um espírito meramente punitivo e repressivo, mas a nossa legislação é totalmente ressocializadora – considera que toda a pena deve motivar o cidadão a integrar-se na sociedade, sem voltar a cometer crimes.” Também a coordenadora de políticas públicas da associação Reshape (que além da área de advocacy realiza programas de relações humanas, empregabilidade e mentoria dentro e fora das prisões, contando ainda com um gabinete de inserção sociolaboral e o negócio social Reshape Ceramics, que só emprega reclusos ou ex-reclusos na produção de cerâmica), refere que “a legislação portuguesa é muito humanista”.

“A lei tem ferramentas que se fossem implementadas eram ótimas”, realça. “O problema é que não são.” E exemplifica, dizendo que menos de 1,7% dos reclusos estão em regime aberto ao exterior (que permite saídas para trabalhar e para estudar, sem vigilância) e apenas 12,5% no aberto ao interior (que dá a possibilidade de trabalhar dentro e nas imediações da prisão, desde que acompanhado).

Carlos Rato não está com meias-medidas: “Ninguém quer investir no sistema prisional, porque isso não tem visibilidade. Ninguém quer saber”, atira. “Os muros das prisões não servem para impedir que as pessoas fujam de lá. Servem para impedir que nós vejamos o que se passa lá dentro.” Visão semelhante tem Jorge Mealha, que vê as prisões como “locais onde estão os esquecidos da sociedade”. “Esquecidos pela educação, pela ação social... Pessoas normais que estiveram abandonadas, locais onde vai desaguar tudo o que não funciona a montante. É um sistema sobre o qual o resto da sociedade não quer saber. Desde o 25 de Abril que fingimos que não há prisões.” ●

mjbourbon@expressoimprensa.pt